

TEXTO

8

CIVIS QUE COLABORARAM

COM A DITADURA

*Este texto foi elaborado sob a responsabilidade da conselheira Rosa Maria Cardoso da Cunha. Pesquisas, investigações e redação foram desenvolvidas pelos pesquisadores Demian Bezerra de Melo, Renato Lemos, Marcos Arruda, Luiz Mário Behnken, Elaine Bortone, Pedro Campos, João Roberto Lopes, Martina Spohr, Rejane Hoeveler, Marco Pestana e João Braga Arêas, como parte das atividades do Grupo de Trabalho da Comissão Nacional da Verdade sobre o Estado Ditatorial-Militar.*

Em 1964, o Brasil era um país relativamente industrializado e que vivia uma etapa decisiva de sua urbanização. Era, portanto, uma sociedade com notável grau de complexidade e diversificação. Uma ditadura de mais de duas décadas não poderia ter se sustentado sem o apoio de parcelas importantes da sociedade brasileira, além dos próprios militares. A participação de setores civis no golpe de Estado de 1964, na efetivação do regime autoritário e posteriormente na montagem da própria estrutura da repressão é uma dimensão crucial daquele processo histórico. Entendemos, assim, que a ditadura não foi um fenômeno exclusivamente militar, embora as Forças Armadas tenham assumido posição frontal naquele regime.

Em relação ao golpe, sabe-se que governadores de alguns dos mais importantes estados da federação deram suporte à deposição do governo João Goulart, como Carlos Lacerda, na Guanabara; Ademar de Barros, em São Paulo; Magalhães Pinto, em Minas Gerais; Ildo Meneghetti, no Rio Grande do Sul; e Mauro Borges, em Goiás. Setores expressivos da Igreja católica, por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), bem como outras entidades que notoriamente contribuíram para o restabelecimento das liberdades democráticas, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), chancelaram a deposição do presidente João Goulart.

Ao longo da ditadura militar, civis ocuparam posições relevantes na condição de ministros de Estado e na administração de empresas estatais, obtendo benefícios com o poder militar ou auferindo contrapartidas financeiras. Entre esses civis, destacam-se não só os dos diversificados setores que apoiaram o regime, mas principalmente aqueles que estiveram em posições relevantes e com poder decisório, financiaram a estrutura da repressão e se beneficiaram com a ordem autoritária. Em primeiro lugar, observa-se a participação direta de civis na preparação e execução do golpe.

#### **A) O LADO CIVIL DO GOLPE DE 1964**

O movimento militar que depôs João Goulart iniciou-se com um deslocamento de tropas lideradas pelo general Olympio Mourão Filho, de Juiz de Fora para o então estado da Guanabara, pois, embora a capital da República já tivesse sido transferida para Brasília, em 1960, ainda estava no Rio de Janeiro a maior parte das estruturas administrativas federais, os ministérios, as sedes das representações diplomáticas e, principalmente, uma das residências oficiais da presidência da República, o Palácio das Laranjeiras. O movimento militar desencadeado pelo general Mourão foi apoiado pela iniciativa do governador Magalhães Pinto, da União Democrática Nacional (UDN), e fazia parte de uma articulação de caráter nacional entre elites civis e militares.<sup>1</sup>

Magalhães Pinto havia tomado uma série de iniciativas que pretendiam construir uma espécie de governo alternativo, como a nomeação de três secretários sem pasta, respectivamente, José Maria

de Alckimin, Milton Campos e Afonso Arinos de Melo Franco, além da mobilização da Polícia Militar mineira para a ocupação de áreas estratégicas do estado. Como explicou o próprio Afonso Arinos em suas memórias, publicadas um ano depois:

[...] em fins de março, Magalhães enviou ao Rio Osvaldo Pierrucetti, em avião especial, para buscar-me. Eu seria nomeado secretário do governo, com o fim especial de obter, no exterior, o reconhecimento do estado de beligerância, caso a revolução se transformasse em guerra civil demorada, como justificadamente receávamos.<sup>2</sup>

O governador mineiro havia garantido ao general Carlos Luís Guedes, comandante da 4ª Divisão de Infantaria, sediada em Belo Horizonte, o efetivo de 13 mil homens da Polícia Militar para efetuar o levante armado. Por sua vez, como deixou claro no trecho transcrito acima, por meio do acordo a ser firmado entre ele, Afonso Arinos de Melo Franco, e agentes do governo estadunidense, especialmente o embaixador Lincoln Gordon, o governo mineiro pretendia declarar-se em “estado de beligerância”. Isso para que, diante da resistência legalista de João Goulart a partir do Rio Grande do Sul, o movimento sedicioso pudesse receber ajuda de potências estrangeiras. Seria a senha para que os Estados Unidos intervissem no Brasil, colocando em curso o plano de contingência elaborado pela inteligência estadunidense no final do ano de 1963, do qual uma parte recebeu o nome de Operação Brother Sam, hipótese não efetivada em razão da decisão do presidente Goulart de não resistir ao golpe.

O conhecimento sobre a Operação Brother Sam, revelado em muitos detalhes em 1970,<sup>3</sup> evidencia-nos a existência de uma conspiração, em que elites econômicas, políticas e militares brasileiras aceitariam a hipótese de intervenção armada de uma potência estrangeira em território nacional. Sabe-se hoje que ela era só uma parte de esquema mais amplo de ingerência do governo estadunidense no processo político brasileiro, que começou muito antes do contexto de março de 1964.<sup>4</sup> Vejamos alguns de seus detalhes.

Por intermédio do general de brigada José Pinheiro de Ulhôa Cintra, em contato com o adido militar estadunidense coronel Vernon Walters, com destino aos portos de Recife e Santos, no dia 31 de março de 1964, foram enviados para o Brasil os seguintes equipamentos: navios-tanque da Marinha dos EUA levando gasolina e óleo, um porta-aviões, quatro destróieres, duas escoltas de destróieres e navios-tanque de força-tarefa, 110 toneladas de munição, armas leves e outros equipamentos, incluindo gás lacrimogêneo para a contenção e o controle de multidões, dez aviões cargueiros, seis aviões-tanque e seis caças.<sup>5</sup> Os conspiradores brasileiros e seus aliados estrangeiros acreditavam que o golpe desencadearia enorme resistência do governo e de sua base de apoio, que poderia se estender por mais de um mês, configurando uma situação de guerra civil. Por isso, além do mencionado operativo, o plano também previa o desembarque de tropas estadunidenses no solo brasileiro. Embora a intervenção estrangeira não tenha sido desencadeada, em razão da decisão do presidente João Goulart de não resistir, a notícia sobre o deslocamento da Quarta Frota do Caribe para a costa brasileira deu segurança aos que perpetraram o golpe de Estado.

A participação de uma potência estrangeira na crise do governo Goulart, a despeito de não haver acontecido de forma espetacular, com uma intervenção militar, ocorreu efetivamente, pois a presença militar de uma grande potência na costa brasileira fez parte do cálculo político do presidente deposto, em sua decisão de não resistir. O desfecho da crise política que culminou na deposição de um governo constitucional não resultou, entretanto, de uma mera interferência estrangeira. Os vetores mais relevantes desse processo estavam situados no interior da sociedade brasileira.

Em primeiro lugar, deve-se lembrar que o golpe de Estado de 1964 foi chancelado por outras instituições da República, como o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, a partir de episódios que nos obrigam a retomar o exame daqueles acontecimentos. No dia 31 de março de 1964, enquanto já era pública a notícia do deslocamento das tropas de Minas Gerais para a Guanabara, no Palácio das Laranjeiras, o presidente João Goulart recebeu a visita de seu ex-chanceler e ministro San Tiago Dantas, que o informou sobre o apoio norte-americano ao movimento que visava à sua deposição. Goulart recebeu a mesma informação do ex-presidente Juscelino Kubitschek, que o visitou também naquele dia. Recebeu, ainda, o telefonema do comandante do II Exército, general Amaury Kruehl, que deixou claro seu apoio ao movimento sedicioso e que não estava disposto a comandar o bloqueio das tropas que marchavam para a Guanabara.

Ciente de sua precária segurança, no dia 1º de abril, o presidente João Goulart dirigiu-se para a capital da República, Brasília, e, após um diálogo com membros de seu governo, decidiu rumar para Porto Alegre, onde pretendia estabelecer a resistência com o apoio das tropas do III Exército, comandadas, desde a véspera, pelo general Ladário Telles. Ainda em Brasília, havia orientado seus correligionários, Darcy Ribeiro e Tancredo Neves, a enviar uma carta ao Congresso Nacional esclarecendo sua ida ao Rio Grande do Sul. Desprezando, contudo, a mensagem presidencial, o então presidente do Senado, o pessedista Auro de Moura Andrade, decidiu declarar a vacância da presidência da República, alegando que o presidente Goulart havia abandonado o território nacional, o que, definitivamente, não correspondia à verdade.

Com aquele gesto, o presidente do Senado dava mais um passo na concretização do golpe de Estado, que, por sua vez, seria chancelado pelo Supremo Tribunal Federal, o qual, em uma sessão burlesca, realizada às 3 horas da manhã do dia 2 de abril, deu posse ao presidente do Congresso Nacional, deputado Ranieri Mazzilli. Desse modo, romperam com a legalidade constitucional não só a parcela da oficialidade militar envolvida no movimento sedicioso, como também outras instituições que deveriam resguardar o Estado democrático de direito. Nenhuma dessas ações pode ser entendida como resultante de uma percepção confusa dos acontecimentos pelos representantes do povo no Congresso ou pelos magistrados do Supremo, mas como resultado de diretrizes planejadas por aqueles atores mediante uma ação orquestrada.

Conforme se apurou, na conspiração que culminou na deposição do presidente João Goulart, o papel do grande setor privado nacional e estrangeiro foi decisivo, por meio da mobilização das associações de classe há muito existentes e das novas entidades da sociedade civil, criadas naquele contexto. Entre as últimas, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), de forma articulada, conformaram a iniciativa mais importante de associativismo, visando à subversão da ordem republicana e à elaboração das diretrizes seguidas pelo novo regime implantado no país a partir de abril de 1964. A associação que o cientista político uruguaio René Armand Dreifuss<sup>6</sup> chamou de “complexo IPES/IBAD” foi muito mais do que um mero dispositivo conspiratório, constituindo-se em um espaço de elaboração de um projeto modernizante conservador realizado pela ditadura que se seguiu.<sup>7</sup>

### *1. O DISPOSITIVO POLÍTICO-EMPRESARIAL-MILITAR*

Fundado em 29 de novembro de 1961, portanto, logo após a posse de João Goulart na presidência da República, o IPES resultou de uma interação entre empresários e tecnopresários, políticos conservadores e membros da alta hierarquia das Forças Armadas e se destinou a elaborar

uma agenda de mudanças estruturais que pudessem dinamizar o capitalismo brasileiro a partir de uma transformação no regime político. Para isso, em suas primeiras ações, o IPES organizou uma campanha de desestabilização do governo, a partir da produção de uma campanha publicitária que buscava apresentar o cenário político brasileiro como catastrófico, com o próprio presidente da República sendo constantemente acusado de estar interessado em “implantar uma ditadura”. Era a tese de que Goulart queria implantar uma “República sindicalista”, inspirada no regime argentino do coronel Juan Domingo Perón, acusação que não possui qualquer comprovação empírica.

O IPES apresentava-se como uma “sociedade civil sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e com intuítos educacionais, sociológico e cívico”, preocupado com o crescimento demográfico do país, com a sociedade e com a democracia, consistindo sua ação em estudar os problemas brasileiros e apresentar soluções, do ponto de vista liberal.<sup>8</sup> Na verdade, o IPES seria o “ovo da serpente” do golpe de 1964, sendo capaz de produzir uma notável campanha, que integrou importantes órgãos da imprensa e do entretenimento, produziu peças de teatro, programas de rádio e de TV, livros e, principalmente, 14 filmes curta-metragem que foram exaustivamente veiculados nas favelas, em sindicatos, universidades e empresas, durante os horários de almoço, em pracinhas das cidades do interior, clubes e nos cinemas da rede do empresário Severiano Ribeiro, antes da exibição dos filmes principais.<sup>9</sup>

Ao mesmo tempo, o IPES constituiu-se como centro conspiratório, em que se articularam a ala das Forças Armadas – identificada com a experiência de socialização na Escola Superior de Guerra (ESG),<sup>10</sup> centro de difusão da doutrina de segurança nacional – e outros núcleos de civis que, além de empresários, incorporaram executivos, jornalistas, advogados e outros profissionais liberais.<sup>11</sup> Entre as figuras-chave do meio militar no IPES, destacaram-se os generais Golbery do Couto e Silva, Jurandir Bizarria Mamede, Cordeiro de Farias, Nelson de Mello, Ademar de Queiroz, Orlando Geisel e Ernesto Geisel, todos identificados com a ESG.

A origem do IPES partiu do contato entre o empresário Paulo Ayres Filho (do ramo farmacêutico) com o empresário de origem americana Gilbert Huber Jr. (proprietário da Listas Telefônicas Brasileiras), no Rio de Janeiro, que, por sua vez, recrutou João Batista Leopoldo Figueiredo (Itaú e Scania), que acabaria se tornando líder do Instituto em São Paulo. Foram criadas seções regionais, tais como IPESul, IPES Pernambuco, IPES Belo Horizonte, IPES Paraná, IPES Manaus, IPES Santos e IPES Belém. Para que o domínio do IPES fosse ainda maior, foram criadas subunidades em cidades do interior e nas empresas, visando estimular ações simultâneas e articuladas.

No Rio de Janeiro, destacou-se Huber Jr., tanto como os empresários Paulo Assis Ribeiro, Harold Cecil Polland, Antônio Gallotti, Glycon de Paiva, José Garrido Torres, Augusto Trajano Azevedo Antunes, Jorge Oscar de Mello Flores, Américo Jacobina Lacombe, Rui Gomes de Almeida, Israel Klabin, Cândido Guinle de Paula Machado, José Ermírio de Moraes Filho, Guilherme da Silveira Filho e Zulfo Malmann, além do general Golbery do Couto e Silva e o então delegado de polícia Rubens Fonseca.<sup>12</sup> Em São Paulo, tiveram maior participação os empresários Paulo Ayres Filho, Paulo Reis de Magalhães, Carlos Eduardo d’Álamo Lousada, Pery Igel, Henning Albert Boilesen, o deputado Herbert Levy, o jornalista Júlio de Mesquita Filho e o general da reserva Sebastião Dalísio Mena Barreto. Por sua vez, o IBAD traria outros empresários para a rede do IPES, como o empresário Paulo Egydio Martins.

O IPESul teve entre seus quadros Cândido José Bezerra Godoy, João Antônio O. Martins, Don Charles Bird, Carlos Gastard Gonçalves, Fábio Araújo Santos, José de Abreu Fraga, Álvaro Coelho Borges, Harry Burger, Emílio O. Kaminski, Carlos Lopes Osório, Amadeu da Rocha Freitas, Itacyr Pinto Schilling, Oudinot Villardino, José Zampregna, Paulo Barbosa Lessa, o coronel Yeddo J. Blauth e Paulo do Couto e Silva.<sup>13</sup> No estado do Paraná, os membros principais da entidade foram os empresários

Asdrúbal Bellegar, Carlos Alberto de Oliveira, Oscar Schrappe Sobrinho, Aguinaldo Bezerra, Ostaja Roguski e Manuel Linhares de Lacerda. No estado-chave de Minas Gerais, nomes como os do industrial Jonas Barcelos Correia, dos banqueiros Ruy Castro Magalhães e José Luís Magalhães Pinto, do ruralista Josafá Macedo e dos empresários Aluísio Aragão Villar, Oscar Nicolai, Laércio Garcia Nogueira compunham o *staff*. Note-se que o governador Magalhães Pinto esteve em conflito permanente com o IPES-MG e só aderiu ao esquema conspiratório pouco antes do golpe de 1964.<sup>14</sup> O IPES também se implantou em Belém, no Pará, e entre líderes de associações de classe do Amazonas.

O IPES integrou, por fim, personalidades como Roberto Campos, Mário Henrique Simonsen, Octávio Gouveia de Bulhões, Delfim Netto e outros destacados civis que ocupariam postos de comando durante o regime ditatorial.

Objetivando colocar o seu projeto em ação, o IPES contou inicialmente com o financiamento da Indústria e Comércio de Minério (Icomi), da Refinaria e Exploração de Petróleo União, das Listas Telefônicas Brasileiras S.A., dos Serviços de Eletricidades S.A. – LIGHT, da Companhia Docas de Santos, da Casa Masson do Rio de Janeiro e da Construtora Rabelo S.A. Posteriormente, participaram do IPES grupos econômicos de grande peso. Alguns de seus nomes mais representativos no mundo empresarial são Celso de Melo Azevedo das Centrais Elétricas de Minas Gerais – CEMIG, Álvaro Borges do Moinhos Rio Grandenses, Henri Burkes do Grupo Gerdau, Felipe Arno do Grupo Arno Indústria e Comércio, Hélio Beltrão e Henrique de Boton do Grupo Mesbla, Henning Albert Boilesen e Pery Igel do Grupo Ultra, Octávio Gouvêia de Bulhões do Grupo Hannah Co., Salim Schama do Grupo Schama, Jonas Bascelo Correa do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Octávio Marcondes Ferraz da Rodger, Valizer e Carbono Lorena, Paulo Ferraz do Estaleiro Mauá, Octávio Frias do Grupo Folha, Antônio Gallotti da Light e Braskan, Flávio Galvão e Júlio de Mesquita Filho de *O Estado de S. Paulo*, Paulo Galvão do Banco Mercantil de São Paulo, Antonio Mourão Guimarães da Magnesita, Lucas Garcês da Eternit do Brasil Amianto e Cimento, Gilbert Huber Jr. das Listas Telefônicas Brasileiras, Haroldo Junqueira da Açúcar União, Israel Klabin das Indústrias Klabin de Celulose, José Luís de Magalhães Lins do Banco Nacional de Minas Gerais, Mário Ludolph da Cerâmica Brasileira, Cândido Guinle de Paula Machado da Docas de Santos e do Banco Boa Vista, José Ermírio de Moraes do Grupo Votorantin, Mário Henrique Simonsen do Banco Bozano Simonsen, Luís Villares da Aço Villares.

Além disso, o IPES incorporou em seus quadros as principais representações da classe empresarial brasileira, como o Centro de Indústrias do Estado de São Paulo, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a Associação Comercial de São Paulo, o Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro, a Associação Comercial do Rio de Janeiro, o Conselho Nacional das Classes Produtoras, do Serviço Social da Indústria, só para referir as mais importantes do país.

Além do complexo IPES/IBAD, outros grupos de civis e militares conspiravam para depor o presidente João Goulart em diversos pontos do país, sem grande articulação, agrupando basicamente o pensamento anticomunista de origem religiosa, em grupos de orientação conservadora como a Sociedade Brasileira em Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), fundada pelo intelectual católico Plínio Correa de Oliveira, em 1960. À TFP aderiram tradicionais famílias de grandes proprietários rurais de São Paulo e Minas Gerais, além de membros da hierarquia eclesiástica, como o bispo dom Antonio Castro Mayer, da diocese de Campos dos Goytacazes, interior do Rio, além de jornalistas e intelectuais como Leonildo Taboso. A TFP teria, também, um papel importante na organização das marchas católicas que pediram o fim do governo João Goulart, conhecidas como Marcha com Deus pela Família e pela Propriedade, as quais ocorreram antes e depois do golpe.<sup>15</sup> Cabe ainda destacar a participação naquele processo de outras vertentes do conservadorismo político, como os remanescentes do movimento integralista de Plínio Salgado, que possuía importantes quadros na área



militar – por exemplo, o general Albuquerque Lima e o próprio general Olympio Mourão Filho – e seu atuante Partido de Representação Popular (PRP), também de perfil tradicionalista.<sup>16</sup>

A própria implantação do IPES pelo país era irregular, tendo, em algumas ocasiões, que compor com grupos tradicionalistas que divergiam de sua plataforma modernizante conservadora e, por outro lado, em alguns lugares, diferentemente das seções do Rio e de São Paulo, revelava ausência de articulação com a área militar, constituindo basicamente uma entidade formada por civis, principalmente empresários e profissionais liberais. Esse era o caso de Minas Gerais, onde, além de não possuir associados nas Forças Armadas, para se articular à área militar, a entidade teve de conformar uma aliança com uma organização que ficou conhecida como Novos Inconfidentes, de perfil mais tradicionalista.<sup>17</sup>

O IPES também estimulou e financiou o surgimento de entidades femininas católicas, de perfil conservador, como a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), que seria uma das principais entidades envolvidas na organização das marchas religiosas que mencionamos acima. Em tal mobilização, seria decisivo o apoio da CIA (Agência Central de Inteligência norte-americana, na sigla em inglês) no financiamento às ações do padre estadunidense Patrick Peyton, o qual seria deslocado do Chile para o Brasil já em fins de 1961, estimulando uma campanha de orações “contra o comunismo”, o Rosário em Família, além de programas de rádio e televisão. Tais ações expressaram a opinião de parte da sociedade brasileira que chancelou a sedição, a deposição do governo Goulart e os primeiros passos da ditadura. Serviram também para a produção da narrativa segundo a qual “a sociedade brasileira clamou pela intervenção militar”, conforme ideia que figura no próprio preâmbulo do primeiro Ato Institucional,<sup>18</sup> leitura que borra a compreensão real do apoio social ao governo deposto.

Afinal, levantamentos de opinião pública produzidos em março de 1964 demonstram um significativo apoio ao presidente João Goulart e a suas propostas de reformas de base,<sup>19</sup> embora não se possa negar que parte da sociedade brasileira tenha apoiado sua deposição.

Fundado em 1959, o IBAD foi descrito por um ex-agente da CIA, Philip Agee, como uma organização da agência de inteligência estadunidense no Brasil,<sup>20</sup> que teve em Ivan Hasslocher sua principal liderança. De perfil mais agressivo, o IBAD atuava paralelamente ao IPES, deixando a este a condição de reserva estratégica, enquanto agia de maneira mais ostensiva. No processo eleitoral de 3 de outubro de 1962, por exemplo, quando foram realizados pleitos para renovação do legislativo federal e de alguns executivos estaduais, o IBAD serviu para repassar expressivos recursos que podem ter atingido a soma de US\$ 20 milhões,<sup>21</sup> oriundos do governo norte-americano, no financiamento de campanhas eleitorais de candidatos contrários ao presidente Goulart. Por intermédio da criação da Ação Democrática Popular (Adep), o complexo IPES/IBAD promoveu uma ação absolutamente ilegal que mais uma vez denota o grau da ingerência de uma potência estrangeira nos negócios internos de uma nação soberana.

De acordo com Dreifuss, o esquema operou a partir de uma complexa rede de instituições financeiras nacionais e estrangeiras:

Ivan Hasslocher, o IBAD, a Adep e a Promotion S.A. mantinham contas e sacavam dinheiro das agências brasileiras de três bancos estrangeiros: o Bank of Boston, o First National City Bank of New York e o Royal Bank of Canada, bem como daqueles brasileiros, como o Banco Mineiro de Produção, Banco da Lavoura de Minas Gerais, Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Banco Nacional de Minas Gerais e o Banco Andrade Arnaud. Acreditava-se também que os bancos Novo Mundo, Irmãos Guimarães e Nacional do Norte serviam de canais para a rede IBAD/Adep. O IPES mantinha contas em muitos desses bancos. Diversos deles eram, por sua vez, contribuintes do complexo IPES/IBAD e diretores ou

proprietários destes bancos eram seus associados e ativistas. Tanto o ex-secretário geral, quanto o ex-tesoureiro da Adep afirmaram que nos cento e cinquenta dias precedentes às eleições de 1962, só a Adep fez uso de mais de um bilhão de cruzeiros. (Segundo os índices de inflação da Fundação Getúlio Vargas, calculados em 1977, tal soma era, nessa época, o equivalente a cerca de 62 milhões de cruzeiros, ou aproximadamente 5 milhões de dólares.)<sup>22</sup>

Foram financiados 250 candidatos a deputado federal, sendo um terço da Câmara Federal formada por parlamentares eleitos com tais recursos. Além desses, o esquema ainda investiu na campanha de 600 deputados estaduais, oito governos estaduais e vários senadores, prefeitos e vereadores.<sup>23</sup> Denunciado o esquema no ano seguinte, a notícia desencadeou a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o IBAD, que, no mesmo ano de 1963, teria suas atividades encerradas por decisão soberana do presidente da República.<sup>24</sup> Todavia, o IPES não seria atingido pelas investigações sobre o IBAD, tomando a frente na atividade conspiratória decisiva para a perpetração do golpe de Estado que deu início a mais de vinte anos de regime ditatorial no Brasil. Para isso, teve fundamental importância sua capacidade de articular os mais importantes órgãos da imprensa nacional.

Posições assumidas publicamente por esses órgãos contribuiriam não só para a deposição do presidente Goulart, como para certos contornos assumidos pelo regime ditatorial. O diretor-proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*, Júlio de Mesquita Filho, por exemplo, logo após o golpe, no dia 12 de abril de 1964, publicou em seu periódico uma correspondência com outro conspirador (que ele manteve anônimo), datada de 20 de janeiro de 1962.<sup>25</sup> Ativo membro da seção paulista do IPES, Júlio de Mesquita apresenta ao seu missivista uma série de diretrizes que deveriam ser adotadas a partir da vitória do movimento conspiratório em preparação. Em primeiro lugar, concordava com seu interlocutor no sentido de que, ao contrário de movimentos sediciosos anteriores, os militares não poderiam devolver o poder imediatamente aos civis, devendo uma junta militar realizar um programa de “saneamento”, uma espécie de “operação limpeza” nos quadros do Judiciário e do Legislativo, com a utilização do instrumento do estado de sítio. O regime ditatorial de 1964 não foi capaz de tanto, sendo uma de suas marcas a continuidade no funcionamento de tais instituições que, após expurgo de muitos de seus membros e redução de seus poderes, continuaram a operar até o fim do regime ditatorial.<sup>26</sup>

Foi na criação de certo consenso em torno do movimento pela deposição do presidente João Goulart e, posteriormente, em apoio ao regime ditatorial, que parte da imprensa brasileira contribuiu decisivamente. Em primeiro lugar, na divulgação de uma visão que afirmava estar o próprio presidente Goulart à frente de ações que conduziram à subversão da ordem constituída (justamente o que seus opositores mais extremistas estavam fazendo), ou apoiando sua deposição a partir da propagação da ideia de que, no princípio de abril de 1964, o frágil regime democrático brasileiro tornara-se seguro, como figurou em editorial do jornal carioca *O Globo*.<sup>27</sup> Assim, mesmo órgãos com posições mais moderadas – como o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil*, que, ao contrário das folhas citadas, apoiaram a posse constitucional do presidente Goulart na crise de agosto de 1961 – participaram da campanha de desestabilização.

São sempre rememorados os editoriais do *Correio da Manhã* dos dias 31 de março e 1º de abril, intitulados respectivamente “Basta!” e “Fora!”, em que se pode ler uma convocação a depor João Goulart.<sup>28</sup> Menos lembrada foi a atuação do jornal *Folha de S. Paulo*, que, nos idos de março de 1964, não escondia o seu apelo explícito à intervenção militar para depor o governo, como aparece em editorial publicado um dia após o Comício da Central, onde se lê:



O Comício de ontem, se não foi um comício pré-ditadura, terá sido um comício de lançamento de um espúrio movimento de reeleição do próprio sr. João Goulart. Resta saber se as Forças Armadas, peça fundamental para qualquer mudança deste tipo, preferirão ficar com o sr. João Goulart, traindo a Constituição e a pátria, ou permanecer fiéis àquilo que devem defender, isto é, a Constituição, a pátria e as instituições. Por sua tradição, elas não haverão de permitir esta burla.<sup>29</sup>

Registre-se a manobra retórica característica da campanha de desestabilização contra o governo Goulart que, sob o argumento de combater um imaginado golpe perpetrado pelo presidente da República, clamava por sua deposição. A verdade é que tanto a folha carioca quanto a paulistana estavam plenamente integradas à campanha liderada pelo IPES e, entre 20 e 26 de janeiro de 1963, promoveram um evento da entidade destinado a apresentar um programa de governo alternativo, sintomaticamente intitulado Congresso Brasileiro para a Definição das Reformas de Base.<sup>30</sup> No encontro foram debatidas as propostas de diretrizes políticas com orientações em relação às reformas institucionais e estruturais. Os projetos de reformas formulados pelo IPES foram condensados no livro *Reformas de base: posição do IPES*,<sup>31</sup> em que consta um conjunto de 23 anteprojetos,<sup>32</sup> que forneceram as diretrizes e orientações para as reformas estruturais e mudanças organizacionais da administração do Estado brasileiro após abril de 1964, denotando a importância estratégica do IPES.

No mesmo processo, deve-se assinalar outra iniciativa coordenada pelo IPES, constituída por uma rede de empresários da imprensa que reuniu Roberto Marinho, Nascimento Brito e João Calmon, a qual, unificando as rádios Globo, Jornal do Brasil e Tupi, conformou a “Rede da Democracia”.<sup>33</sup> Sendo o rádio o mais importante veículo de comunicação de massas na década de 1960,<sup>34</sup> a iniciativa teve um impacto significativo na construção do apoio social ao movimento sedicioso.

## 2. O EMPRESARIADO PAULISTA NO GOLPE

Em São Paulo, os últimos arranjos para o golpe contaram com a participação de empresários do setor industrial, tanto estrangeiro quanto nacional e de portes variados. No dia 31 de março, prestaram algum tipo<sup>35</sup> de colaboração ativa ao movimento as seguintes empresas: A. Queiróz Lugó, Acumuladores Vulcânia, Antônio Maurício Wanderley e Cia. Ltda., Armações de Aço Probel S/A, Atlantic, Auto Asbestos S/A, B.F. Goodrich, Brasital S/A, Cia. Carlos Guedes, Cia. Comercial de Madeiras Kirali, Cia. de Acumuladores Prest-O-Lite, Cia. de Cigarros Souza Cruz, Cia. Fiação e Tecidos Lanifício Plástico, Cia. Madeireira Nacional, Dunlop, Duratex S/A Indústria e Comércio, Duratex S.A., Esso Brasileira de Petróleo, Eucatex S/A Indústria e Comércio, Johnson & Johnson, F. Slaviero, Fábrica de Cigarros Caruso, Fábrica de Cigarros Flórida, Fábrica de Cigarros Sudan S/A, Fábrica de Gases Medicinais Cremer, Firestone S/A, Good Year, Indústria Brasileira de Eletricidade, Indústria de Ataduras Gessadas Cristal, Indústria de Feltros Lua Nova S/A, Irmãos Justa Transportes, Irmãos Nocera, João Batista Antonio Alário, M. Lipper S/A, Madeireira Miguel Forte, Moinhos Santista S/A, Moreira Lima e Cia., Ousei Peceniski (Colchoaria Francisco), P. Barelle Ltda, Pfizer Corporation do Brasil, Pirelli S/A, Pneus General, S/A Brasileira de Tabacos Industrializados, Saturnia Acumuladores Elétricos, Serraria Água Branca, Serraria Americana Salim F. Maluf, Serraria Azevedo Miranda, Serraria Bandeirantes, Serrarias Almeida Porto, Serrarias F. Lameirão, Texaco do Brasil S/A, V. Foreinete, Vicari S/A Indústria e Comércio, Volkswagen do

Brasil.<sup>36</sup> Dessas, pelo menos a Cia. de Cigarros Souza Cruz,<sup>37</sup> a Eucatex S/A Indústria e Comércio,<sup>38</sup> a B.F. Goodrich<sup>39</sup> e a Pirelli S/A<sup>40</sup> mantinham laços diretos com o IPES.

Segundo revelaria, em 1972, o engenheiro Quirino Grassi,<sup>41</sup> cuja família era proprietária de uma fábrica de carrocerias de bondes e ônibus, “empresários paulistas [...] espontaneamente colaboraram para a consecução do movimento revolucionário que eclodiria em março de 1964”.<sup>42</sup> A estrutura e os objetivos do grupo foram objeto de elaboração conjunta entre empresários do IPES e oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG).<sup>43</sup> O grupo, segundo Grassi, teria começado a atuar de forma organizada no início de 1963 para “prestar um trabalho visando à defesa de nossos ideais democráticos e cristãos”. Esse núcleo “articulou-se junto à presidência da Fiesp, [...] o governador do Estado [Adhemar de Barros], oficiais superiores do II Exército e o comandante da Força Pública” e “iniciou a preparação do que seria o movimento vitorioso de 1964”.<sup>44</sup>

Articulados com oficiais do II Exército, sediado na capital paulista, os conspiradores precisaram, segundo depoimento prestado por Paulo Egídio Martins<sup>45</sup> em 2006,<sup>46</sup> recuperar suas condições operacionais, para o que foi fundamental, a participação dos empresários industriais do estado, que abasteceram a unidade militar com veículos, peças de reposição e equipamentos variados. Para isso, foi criado um grupo de trabalho industrial, no âmbito da FIESP: “Nosso grupo de mobilização industrial teve que se desdobrar para tornar o II Exército uma unidade móvel”.<sup>47</sup> Em declarações mais recentes, prestadas à Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo,<sup>48</sup> Paulo Egídio disse que seria “difícil encontrar alguém que não tenha financiado a conspiração” e que os empresários usavam dinheiro de “caixa dois” para fazer as doações: “Ninguém doava dinheiro de lucro”.

Vitoriosa a operação golpista, no dia 30 de abril, formou-se oficialmente, no interior da FIESP, o Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI).<sup>49</sup> É a própria entidade que explica:

Da conscientização das dificuldades operacionais das Forças Armadas, aliada à adequação do momento político e ao apoio das organizações militares, sediadas no estado de São Paulo, e com o aval dos ministérios militares, assim como do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), surgiu o GPMI da FIESP. Esse tinha por incumbência servir de intermediário no relacionamento indústria-Forças Armadas, no esforço de alertar a indústria nacional, compreendida como a totalidade do parque industrial instalado no território nacional, de que o preparo permanente da mobilização industrial é a única solução para o país estar adequadamente preparado para situações excepcionais.<sup>50</sup>

Entre 1964 e 1967, o GPMI atuou em estreita cooperação com o governo do general presidente Humberto Castelo Branco, criando-se comissões de trabalho integradas por civis e militares. Foram adotadas várias iniciativas no sentido de incrementar a produção de bens considerados necessários à manutenção da capacidade operacional das Forças Armadas e de suas forças auxiliares, como a Força Pública de São Paulo.<sup>51</sup> Segundo reportagem do jornal *Folha de S.Paulo*, “após o golpe de 1964 e com a ditadura instalada, alguns ajudaram a financiar a Oban (Operação Bandeirantes), organização criada pelos militares para coordenar a repressão aos opositores do regime”.<sup>52</sup> Isso constituiria uma linha de continuidade, desde o golpe, na relação de empresários com a estrutura coercitiva do regime e a perpetração de graves violações dos direitos humanos. Finalmente, deve-se observar, na relação entre segmentos empresariais e as estruturas militares do Estado, uma das expressões mais significativas da participação civil no regime ditatorial.

## B) FORMAÇÃO DE GRANDES GRUPOS ECONÔMICOS

No governo de Castelo Branco, após o golpe de Estado de 1964, grande quantidade de associados e parceiros do IPES ocupou cargos importantes em ministérios, autarquias, instituições bancárias e na estrutura administrativa do governo, “uma verdadeira reserva do IPES”.<sup>53</sup> Nessas posições, passaram a criar políticas públicas e a delinear a reforma do Estado de acordo com seus interesses, expressos nos anteprojetos de “reformas de base” mencionados. O governo, comprometido e a serviço da classe empresarial nacional e internacional, deu início à reorganização da estrutura e da administração do Estado para atender aos seus interesses imediatos.

As pastas estratégicas do Planejamento e da Fazenda foram ocupadas por membros do IPES (Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões, respectivamente), que conduziram o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG),<sup>54</sup> o qual buscou resolver o problema do descontrole inflacionário a partir da adoção de medidas de restrição ao crédito e de redução nos índices de reajustes da renda dos assalariados. A política de arrocho salarial foi inaugurada com a Circular nº 10 do Ministério da Fazenda, de 19 de junho de 1964, que fixava as condições sob as quais os reajustes dos níveis salariais do setor público deveriam ser calculados: o salário real médio nos dois anos anteriores, a antecipação inflacionária estimada para o ano subsequente e a estimativa do aumento anual da produtividade. No ano seguinte, com a Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965, essa política foi estendida aos trabalhadores do setor privado.

Por sua vez, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), criado pela Lei nº 5.107/1966, aumentou a rotatividade no mercado de trabalho e funcionou como uma poupança forçada, com o depósito de 8% do salário mensal do empregado em uma conta bancária própria. Sua finalidade era reduzir o gasto com a demissão de empregados, liberando as empresas do ônus com programas assistenciais para os trabalhadores, mas “foi concebido para substituir as normas então existentes de estabilidade do empregado, criando um fundo especial para a acumulação de capital”.<sup>55</sup> O anteprojeto de lei que instituiu o FGTS foi preparado por uma equipe do IPES, formada pelos empresários João Baylongue, José Duvivier Goulart e José Marques e pelos militares Heitor de Almeida Herrera e Francisco César Cardoso Mangliano. Um grupo de trabalho composto por Roberto Campos, Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva (IPES – presidente do Banco Nacional de Habitação – BNH e depois ministro do Trabalho) e Mário Trindade (IPES – diretor do BNH), auxiliado por João Lyra Madeira (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), José Américo Peón de Sá (Instituto de Resseguros do Brasil – IRB) e pelos advogados Hamilton Nogueira Filho e Edgar Porto Ramos, encaminhou o desenho da lei.

A poupança forçada do FGTS foi canalizada para o BNH, dinamizando a construção civil, um motor espetacular da economia, e “apoiou o grande surto da construção civil”,<sup>56</sup> beneficiando os empresários do ramo. Ambas as medidas encontram-se nos anteprojetos de reforma da Legislação de Seguridade Social e da Política de Habitação Popular do IPES.

O *ipesiano* Mário Trindade, que fez parte do grupo de trabalho para discutir o FGTS, foi o responsável pela articulação entre os recursos do FGTS e o Programa de Habitação.<sup>57</sup> O BNH foi criado em 1964, pela Lei nº 4.380, de autoria da empresária e parceira do IPES, Sandra Cavalcanti, visando “adquirir e manter o apoio das massas populares, contrabalançando a situação de pressões psicológicas e a política de contenção salarial”.<sup>58</sup>

A reforma do sistema financeiro ocorreu com a criação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central, mediante a Lei nº 4.595/1964 que, em conjunto com o BNH e os preexistentes Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e Banco do Brasil, proporcionou

o fortalecimento dos instrumentos de financiamento público. Buscou-se, ainda, criar maior atratividade para o investimento estrangeiro, com a adoção de uma nova Lei de Remessa de Lucros, que garantiria aos investidores o retorno dos ganhos às matrizes. Amargas para muitas parcelas da sociedade, essas medidas produziram grande concentração econômica e notável desnacionalização, o que se coadunava com a nova política externa adotada por Castelo Branco, que substituiu a política externa independente pelo alinhamento aos interesses de Washington.<sup>59</sup> Essa política, sob importante pressão dos industriais paulistas, conduziu a alterações na condução da política econômica no governo do general Costa e Silva, com a nomeação do professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (USP), Delfim Netto, para a pasta da Fazenda, e Hélio Beltrão, para o Planejamento.

Se a mudança na condução da área econômica pós-Campos e Bulhões foi importante, não se mudou a perspectiva sob a qual o Estado passou a regular o fator trabalho, sendo seguro afirmar, com segurança, que a classe trabalhadora continuaria a ser a parcela da sociedade brasileira mais penalizada pela política econômica da ditadura. Para atender aos empresários multinacionais, que tinham resistência às leis trabalhistas, as quais impunham ônus à empresa na demissão do empregado, o modelo econômico sofisticou-se mediante um programa abrangente, que transformou as relações de trabalho. Em função desse programa, os ministérios do Trabalho e da Previdência Social mudaram claramente seus papéis. A nova legislação trabalhista do governo serviu a três finalidades principais: 1) aumentou o controle direto sobre os sindicatos, impedindo-os de constituir uma base organizacional para o enfrentamento das políticas governamentais e de seus efeitos; 2) fortaleceu os aspectos corporativos da estrutura sindicalista; e 3) transferiu recursos para a indústria, submetendo a classe trabalhadora a diversos programas de poupança forçada.

Diante desse quadro, foi abolido, na prática, o direito de greve, e reduziu-se a idade mínima de trabalho para 12 anos, “institucionalizando um sistema de trabalho infantil que seria importante na redução dos custos de mão de obra, acarretando consideráveis custos sociais”.<sup>60</sup>

Ao lado das medidas citadas, multiplicou-se o número de bancos de investimento, que tinham como principal função “subscrever novas emissões de capital das empresas para posterior lançamento das ações da bolsa”,<sup>61</sup> e de conglomerados industrial-financeiros, que garantiam às grandes empresas não só acesso ao crédito em condições muito favoráveis, como também a oportunidade de absorver as empresas menores e, assim, dominar o mercado. Uma das principais articulações envolveu a constituição do Banco Brascan, organizado em torno do Banco Brascan de Investimentos, que controlava companhias de eletricidade (São Paulo Light e Rio Light), uma companhia financeira (Crédito, Financiamento e Investimentos – Crefinan), diversas firmas industriais (Fábrica Peixe – Indústrias Alimentícias Carlos de Brito S.A., Cervejarias Reunidas Skol Caracu S.A. e Fábrica Nacional de Vagões), firmas de serviços (Brasnac Corretora de Seguros, Brink’s S. A. Transportes de Valores, Gávea Hotelaria e Turismo S.A.) e firmas de mineração (Itacobe Minério, Itajubá Minérios, Itanembe Minérios etc).<sup>62</sup>

Também houve a fusão do grupo da Refinaria União com os bancos Irmãos Guimarães, Brasul e Investbanco. A Refinaria União, a Light (São Paulo e Rio de Janeiro), o Banco Irmãos Guimarães, a Fábrica Nacional de Vagões (FNV), a Crefinam, o Banco Brascan – que teve o *ipesiano* Antônio Galotti na sua administração – e o Investbanco, no qual Roberto Campos trabalhou, foram associados e contribuintes do IPES.<sup>63</sup>

Imbuído do propósito de reformar o Estado, o governo Castelo Branco formulou o Decreto-Lei nº 200/1967 para consolidar a Reforma Administrativa federal. A Reforma executou mudanças nas estruturas do Estado e rompeu os entraves burocráticos que impediam a expansão do capitalismo. Com o Decreto-Lei nº 200/1967, que “dispõe sobre a organização da administração federal e estabele-

ce diretrizes para a reforma da administração” (BRASIL, 1967), o Estado promoveu a descentralização operacional e se dotou de maior eficiência como empresário.

A Reforma Administrativa começou a ser delineada por integrantes do IPES desde 1963. Passou por várias discussões no governo Castelo Branco e, por fim, o Decreto-Lei nº 200/1967 foi assinado por Castelo Branco e pelos ministros Carlos Medeiros Silva (ministro da Justiça e Negócios Interiores), Zilmar Araripe Macedo (ministro da Marinha), Ademar de Queiroz (ministro da Guerra), Manoel Pio Corrêa Junior (ministro interino das Relações Exteriores), Octávio Gouvêa de Bulhões (IPES – ministro da Fazenda), Juarez do Nascimento Távora (IPES - ministro da Viação e Obras Públicas), Severo Gomes Fagundes (empresário/IPES e ministro da Agricultura), Raimundo Moniz de Aragão (IPES – ministro da Educação), Luiz Gonzaga do Nascimento Silva (IPES – ministro do Trabalho e da Previdência Social), Brigadeiro Eduardo Gomes (IPES – ministro da Aeronáutica), Raimundo de Brito (ministro da Saúde), Mauro Thibau (IPES – ministro das Minas e Energia), Paulo Egydio Martins (IPES – ministro da Indústria e Comércio), Roberto de Oliveira Campos (IPES – ministro do Planejamento e Coordenação Econômica) e João Gonçalves de Souza (ministro Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais).

Os principais preceitos do anteprojeto de Reforma Administrativa, formulado pelo IPES, e do Decreto-Lei nº 200/1967, permitem identificar a existência de diversos pontos em comum entre o ideário *ipesiano* e a Reforma Administrativa federal. Provam uma linha de continuidade na relação de empresários pré-golpe com o desdobramento da estrutura administrativa do Estado pós-1964, quando a elite econômica organizou a administração do Estado em função de um projeto político próprio. Mesmo sob o período do chamado “milagre”, a brutal concentração de renda seria uma das marcas mais caracterizadoras da nova ordem social, como àquela época se evidenciou com a divulgação dos dados do senso do IBGE de 1970 e a controvérsia que se seguiu à publicação do artigo de Albert Fishlow,<sup>64</sup> com seu resumo no *Jornal do Brasil*, em abril de 1972.<sup>65</sup>

Tal cenário evidenciou-se mesmo quando o crescimento do PIB bateu recordes, *et pour cause*, como ficou evidente no mesmo ano de 1972, quando o crescimento ficou na casa dos 11,7% e quando, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil tornou-se campeão mundial em acidentes de trabalho. Com o impacto do primeiro “choque do petróleo”, em 1973, a classe trabalhadora seria mais uma vez fortemente penalizada, o que ficou evidente no ano de 1974, quando o salário mínimo chegou ao seu patamar mais baixo, equivalendo a 54,48% do que valia em 1960.

Alguns empresários não compactuaram com a conspiração e o golpe, defenderam a Constituição e foram perseguidos e punidos pelo regime ditatorial, o que deve ser assinalado sob pena de incorrerem em uma generalização equivocada. Um caso exemplar foi o de Mario Wallace Simonsen e Celso da Rocha Miranda, que juntos detinham o controle acionário da Panair do Brasil, a segunda maior empresa privada do país. As atividades da Panair do Brasil foram encerradas por um decreto arbitrário do governo Castelo Branco, ainda em 1964. Em 11 de fevereiro de 1965, o juiz da 6ª Vara Cível da Justiça recebeu a visita do ministro de Estado da Aeronáutica, brigadeiro Eduardo Gomes, e no dia 15 decretou a falência da Panair do Brasil.

Nas alegações que conduziram ao fechamento da Panair, apresentadas ao presidente Castelo Branco, o empresário Celso da Rocha Miranda fora o mais citado e atacado. Para Celso Miranda, o golpe contra as suas empresas e a sua pessoa não terminaria com a “falência” da Panair e a ocupação *manu militari* da Companhia Eletromecânica – Celma (empresa que fazia revisões e manutenções de turbinas, única da América Latina autorizada pela Federal Aviation Administration – FAA – EUA) pelo Batalhão de Caçadores de Petrópolis. A Aeronáutica, por meio de seu serviço de inteligência, o CISA, torná-lo-ia vítima de uma perseguição implacável.



O estrangulamento econômico sofrido por Mário Wallace Simonsen e Celso da Rocha Miranda, mediante bem-urdidos Atos de Estado, é comprovado pelo(a):

- Fechamento e confisco dos armazéns de café (entrepósitos aduaneiros), em Trieste, das empresas Wasim e Comal. Essas empresas figuravam entre as maiores exportadoras de café à época de seu confisco, abalando inclusive o conceito do Brasil como exportador.

- Suspensão, sem prazo determinado, das licenças de voo das linhas aéreas da Panair do Brasil S/A., o que levou à decretação de sua falência.

- Desmantelamento do patrimônio da Panair, coordenado por síndicos militares da falência, com a ativa participação do Serviço Nacional de Informações (SNI) e de procuradores especialmente nomeados com esse objetivo.

- Fechamento da TV Excelsior, pioneira no país na implantação da televisão a cores e que contava com técnicos e elenco de primeira grandeza no mercado nacional. Seu fechamento foi decorrente de pressões políticas por parte do governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, um dos patrocinadores do golpe civil-militar, que buscava, sem êxito, o apoio da rede à sua futura candidatura.

- Cancelamento de todos os seguros de órgãos do governo realizados pela AJAX Corretora de Seguros. Na oportunidade, a AJAX era a maior corretora de seguros da América Latina, contando em seus quadros com mais de 600 funcionários altamente qualificados. As mudanças abruptas das regras vigentes emanadas por decretos que visavam perseguir Celso da Rocha Miranda, como a criação de comissões de inquérito na Companhia Siderúrgica Nacional e em outros clientes da AJAX, com o intuito de identificar ligações políticas, eliminaram qualquer possibilidade de readequação da Companhia às novas regras da ditadura, levando-a ao fechamento, dois anos depois.

- Devassa fiscal em todas as companhias dos acusados, coordenadas por fiscais da Receita e por agentes do SNI.<sup>66</sup>

- Instauração da Comissão de Investigação Sumária da Aeronáutica (Cisar) – Centro de Informação de Segurança da Aeronáutica – PIS nº194/CISAR, cujo parecer secreto afirma:

Celso da Rocha Miranda pode ser considerado o principal responsável pela maquiagem criminosa e irresponsável que conduziu a Panair do Brasil S/A à situação de falência financeira e administrativa, em 1965...

Assim, Senhor Ministro, Vossa Excelência, atendendo sugestão do Cisar, expediu aviso ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda para que fossem postos à disposição desta Comissão, vários Fiscais do Imposto de Renda, indicados pelo Serviço Nacional de Informações, (SNI), a fim de examinarem os Livros de Contabilidade das diversas empresas pertencentes ao Sr. Celso da Rocha Miranda, sob orientação dessa Comissão.

Outrossim, uma cópia dessa Parte Conclusiva deve ser remetida ao Cenimar, CIE, SNI, DPS, Contel, e aos Setores de Segurança da Aeronáutica, tudo por intermédio do Centro de Informação da Aeronáutica (Cisa), que por sua vez deverá tomar as necessárias providências junto ao Gabinete de Vossa Excelência para que o Sr. Celso da Rocha Miranda seja processado por Crime de Sonegação Fiscal [...]Presidente do Cisar e Membros...

- Instauração da Comissão Geral de Investigações – Estado da Guanabara – tentativa de enquadramento ao Ato Complementar nº42, que autorizava o confisco de bens de pessoas naturais ou jurídicas, sob a alegação de enriquecimento ilícito dos sócios e diretores. Proc. 218/69, encerrado em 1978, com base no seguinte parecer conclusivo de sua assessoria jurídica:



Em síntese, de toda documentação carreada ao bojo dos autos, não emerge nenhum fato relevante, caracterizador da prática do locupletamento sem causa.(...)

De fato a prova acusatória se resumia em cópias de informações do mandado de segurança impetrado pela Panair, veiculando graves acusações, mas só palavras, um laudo pericial, que a Justiça comprovou ser falso do Síndico da falência, o Banco do Brasil, o qual também é autor da duvidosa exposição de ffs 62 e segs., I Vol, [...] acolhendo o parecer do Relator, concorda com o Parecer da Consultoria Jurídica e por unanimidade de votos, resolve arquivar o processo sob referência.

Outro empresário perseguido e punido pelo regime ditatorial foi Fernando Gasparian, atuante no ramo têxtil, por meio da América Fabril, e no mercado editorial brasileiro,<sup>67</sup> no qual teve cortado seu crédito junto ao Banco do Brasil logo após o golpe civil-militar. O mesmo ocorreu com outros poucos personagens.

Predominou, entretanto, no período ditatorial, a formação de grandes grupos econômicos no Brasil. A própria liquidação do patrimônio de alguns favoreceu, direta ou indiretamente, grupos que tiveram crescimento significativo no período. No caso da Panair, por exemplo, é importante lembrar que a Varig, do empresário Ruben Berta, assumiu todas as linhas internacionais do país no exato momento em que a concorrente foi fechada pelo governo. De outra parte, a liquidação da Excelsior ocorreria no mesmo contexto em que outro grupo assumia a liderança no ramo das telecomunicações: a Rede Globo de Televisão, do empresário Roberto Marinho, ativo apoiador do regime ditatorial.<sup>68</sup>

Entrando no ar pela primeira vez em 26 de abril de 1965, a TV Globo era resultado de um acordo entre Roberto Marinho e a companhia estrangeira Time-Life,<sup>69</sup> firmado em 1962. Entre 1965 e 1966, o grupo Time-Life investiu cerca de 6 milhões de dólares na empresa e, segundo o contrato firmado originariamente, tinha direito a 30% dos lucros da TV Globo, aumentando essa participação para 45% em acordo firmado em 1965.

A Constituição de 1946, vigente em 1962, proibia a participação do capital estrangeiro nos meios de comunicação, o que tornou a operação ilegal, gerando uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), em 1966, além de uma investigação do Conselho Nacional de Telecomunicações e a constituição de uma Comissão de Investigações do Ministério da Justiça. Em agosto de 1966, a CPI aprovou o parecer do relator Djalma Marinho (Arena-RN), que concluiu que o acordo Globo/Time-Life era inconstitucional. Entretanto, em 1967, em razão das boas relações mantidas entre Roberto Marinho e o então ministro do Planejamento, Roberto Campos, com o patrocínio do advogado Luiz Gonzaga do Nascimento Silva, responsável pelos contratos entre o grupo brasileiro e a Time-Life, o procurador-geral da República concluiu que este acordo era legal. Posteriormente, em 1969, Marinho comprou a parte da empresa que pertencia ao grupo estadunidense, originando-se, assim, com o apoio do governo militar, o maior conglomerado do ramo das telecomunicações do Brasil. Não é estranho, portanto, que o noticiário jornalístico da Rede Globo tenha sido sempre favorável ao regime ditatorial.

Além do apoio direto a grupos econômicos específicos, ao longo daquele regime a política econômica dos sucessivos governos favoreceria ramos da economia, como os mais internacionalizados, multinacionais e associados, notadamente a indústria automobilística. As condições favoráveis ao capital estrangeiro seriam elogiadas por executivos de alguns dos grandes grupos econômicos que atuavam no Brasil, como aparece na expressiva declaração de Robert Winters, então presidente da Brascan, em 1969: “O governo militar está dedicado aos princípios da empresa privada. Compreendem que necessitam criar um clima amistoso para o capital estrangeiro, e assim o fizeram”.<sup>70</sup>

Contudo, é possível observar que em vários ramos da economia grandes grupos econômicos nacionais se formaram sob o protecionismo estatal, como foi o caso da construção civil com os grupos Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior e Odebrecht; na indústria pesada (siderurgia, metalurgia, cimento etc.), com Gerdau, Votorantim e Villares; no sistema bancário, com Moreira Salles, Bradesco e Itaú, apenas citando os mais conhecidos.

No setor bancário o patamar de concentração é evidenciado por números eloquentes: em 1960, bancos e casas bancárias totalizavam 358 instituições, incluindo oito bancos estrangeiros. Em 1980, esse número havia reduzido para 111, sendo que entre as instituições nacionais a redução havia sido de 350 para 95 bancos privados e governamentais.<sup>71</sup> Nesse processo, a ditadura cumpriu o papel de fomentadora da concentração, seja mediante a criação de um ambiente econômico favorável, seja diretamente, pelo favorecimento de determinados grupos econômicos.

A trajetória do banco Itaú é representativa de como boas relações com o *staff* governamental durante a ditadura possibilitaram o nascimento de impérios econômicos. Originário do final da ditadura do Estado Novo, foi durante a ditadura militar que ele conseguiu incorporar uma série de outras instituições bancárias, em processos envoltos em denúncias. Em 1967, o Itaú ocupava a oitava posição no *ranking* por volume de depósitos, passando, em 1971, para o quarto lugar entre os bancos privados e sétimo lugar no total do setor. Em 1974, tornou-se o segundo maior banco privado nacional. No último salto, o governo, por meio do Banco Central e do Ministério da Fazenda, interveio no Banco União Comercial (BUC), que passava por sérias dificuldades, e, em agosto de 1974, transferiu-o para o controle do Itaú. O BUC possuía 250 agências, que se somaram às 468 do Itaú.<sup>72</sup>

Se antes do golpe civil-militar de 1964 havia no Brasil empresas importantes no setor de construção civil, ao final do regime tínhamos um quadro de grandes grupos de diversificada atividade econômica e atuação internacional, formados a partir de firmas da construção. Esses conglomerados econômicos, como Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, permanecem poderosos até hoje.<sup>73</sup> As empreiteiras brasileiras, logo depois de formadas, organizaram-se em aparelhos da sociedade civil, desenvolvendo atuação coletiva para pressionar e influenciar a produção de políticas públicas favoráveis. Além de possuírem contatos diretos com agentes do aparelho de Estado, empresas como Mendes Júnior, Rabello e Setal contrataram militares para suas diretorias, tentando facilitar sua atuação junto a agências estatais. Empresários como Marco Paulo Rabello, da empreiteira Rabello, e Amynthias Jacques de Moraes, da Servienge, financiaram as atividades do IPES. Uma figura central nesse período foi Haroldo Cecil Poland, dono da empreiteira Metropolitana, presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon), ativo colaborador do IPES e próximo do general Golbery do Couto e Silva.

Por fim, e não menos importante, consolidando o endividamento externo como principal fonte de financiamento do processo de desenvolvimento econômico, o governo ditatorial estimulou os grandes grupos privados nacionais a contraírem empréstimos no mercado internacional, criando as dificuldades com as quais se debateu a economia brasileira ao longo da década de 1980. Entre 1969 e 1985 a dívida externa – principal parcela da dívida pública – cresceu de US\$ 4.379 milhões para US\$ 105.125 milhões, o que significou um aumento da relação dívida externa/PIB da ordem de 10,96% para 46,32%.<sup>74</sup> Havendo o Estado atuado na condição de avalista de tais transações, principalmente por meio das estatais, o governo ditatorial, com a mudança no ambiente da economia internacional a partir de meados de 1970, que se manifestou no fim da liquidez no sistema financeiro internacional, acabaria por estatizar as dívidas dos grupos privados, em meio a uma cínica *grita* do empresariado paulista contra a “estatização excessiva da economia brasileira”.

### C) O EMPRESARIADO E A REPRESSÃO: OBAN

Nada é mais impactante na investigação sobre o papel dos civis ao longo do regime ditatorial do que a colaboração de grandes empresários no financiamento da estrutura da repressão. Sabe-se que propriedades particulares serviram de campo de extermínio de opositores do regime, como no estado do Rio de Janeiro, na Usina Cambahyba, pertencente à família de Heli Ribeiro Gomes, de Campos dos Goytacazes, e na Casa da Morte, em Petrópolis, do empresário alemão Mario Lodders.

O caso mais simbólico foi o da Operação Bandeirantes (Oban), criada em São Paulo após a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Após certa liberalização do regime quando Costa e Silva tomou posse em 1967, tornaram-se possíveis manifestações públicas de insatisfação com a ditadura, mediante grandes passeatas nas principais capitais do país, além de ações de opositores no Parlamento federal. O governo resolveu, então, aumentar a repressão contra os opositores, baixando o AI-5, que suspendeu o *habeas corpus* para crimes políticos, fechou o Congresso Nacional por mais de dez meses,<sup>75</sup> instituiu a censura prévia à imprensa e criou o Sistema de Segurança Interna (Sissegint), que se somou ao SNI.<sup>76</sup> Em contraposição, grupos de resistência armada empreenderam algumas ações espetaculares, como assaltos a bancos,<sup>77</sup> a captura do embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969,<sup>78</sup> além da impactante deserção do capitão Carlos Lamarca, que abandonou o Exército para se juntar a uma organização de resistência armada.<sup>79</sup>

Um pouco antes desse último episódio, por determinação do governo, a partir de uma Diretriz para a Política de Segurança Interna expedida em 2 de julho de 1969, o comandante do II Exército, general José Canavarro Pereira, juntamente com a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, chefiada por Hely Lopes Meirelles, resolveu unificar “os esforços” do Exército, da Polícia Federal e das polícias estaduais, civil e militar do estado de São Paulo para o combate aos opositores do regime, criando a Oban. O governador Abreu Sodré transformaria as dependências do 36º Distrito Policial, localizado na esquina das ruas Tomás Carvalhal e Tutoia, em um centro de torturas e assassinatos. Na Polícia Civil havia um grupo de policiais chefiados pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, da Delegacia de Roubos, que se notabilizou pela prática do extermínio (“Esquadrão da Morte”), transplantando seus métodos para a Oban, com o apoio do governo estadual.<sup>80</sup> Por sua vez, a prefeitura de São Paulo, governada por Paulo Salim Maluf, providenciou o asfaltamento da área da Oban, reformou a rede elétrica e iluminou a região com lâmpadas de mercúrio.<sup>81</sup>

Contudo, o apoio mais significativo à Oban veio do grande setor privado nacional, estrangeiro e associado, que forneceu recursos para a montagem daquele aparelho de repressão. De acordo com o general Arthur Moura, em depoimento prestado no documentário *Cidadão Boilesen*, de Chaim Litewski (Brasil, 2009):

A chefia do Exército, principalmente, chegou à conclusão de que era o momento de apelar para o setor privado, principalmente para o setor privado estrangeiro, para fazer esse setor ver que também haveria um impacto nesses setores se as forças terroristas vencessem. [...] A tese era, “hoje somos nós, amanhã poderão ser vocês, então nós precisamos de apoio, a fim de poder realizar as nossas missões eficazmente”. E esse apoio seria apoio financeiro, né?

Por sua vez, a historiadora Mariana Joffily encontrou documento do próprio Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) paulista, onde se reconheciam os recursos oriundos de civis na montagem do órgão, onde é possível ler que:

O êxito da repressão à subversão e ao terrorismo em São Paulo reside, em síntese, no apoio das elites civis e autoridades civis e militares, no trabalho integrado que soma esforços e multiplica resultados e na motivação dos órgãos de Segurança.<sup>82</sup>

Ficou conhecido o banquete organizado pelo ministro Delfim Netto no Clube São Paulo, antiga residência da senhora Viridiana Prado, durante o qual cada banqueiro, como Amador Aguiar (Bradesco) e Gastão Eduardo de Bueno Vidigal (Banco Mercantil de São Paulo), entre outros, doou o montante de 110 mil dólares para reforçar o caixa da Oban.

Ao lado dos banqueiros, diversas multinacionais financiaram a formação da Oban, como os grupos Ultra, Ford, General Motors,<sup>83</sup> Camargo Corrêa, Objetivo e Folha. Também colaboraram multinacionais como a Nestlé, General Electric, Mercedes Benz, Siemens e Light.<sup>84</sup> Um número incerto de empresários paulistas também contribuiu, já que a arrecadação de recursos contava com o apoio ativo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), por meio de seu presidente, Theobaldo De Nigris. Nos salões da FIESP, o ministro da Fazenda, Delfim Netto, era sempre visto fazendo palestras aos empresários, em reuniões onde se solicitavam recursos para financiar a Oban.

Contudo, em depoimento prestado à Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo, em junho de 2013, o ex-ministro declarou que não tinha conhecimento da existência de torturas e mesmo da colaboração de empresários com a Oban, embora menções e evidências sobre sua participação no esquema sejam notórias.<sup>85</sup> Mesmo o insuspeito general Sylvio Frota, que foi ministro do Exército do governo Geisel, assinalou que a Oban refletia o pavor que os empresários paulistas tinham da ação das organizações da esquerda armada.<sup>86</sup> Conforme escreveu Elio Gaspari,

Na Federação das Indústrias de São Paulo, convidavam-se empresários para reuniões em cujo término se passava o quepe. A Ford e a Volkswagen fornecia carros, a Ultragás emprestava caminhões e a Supergel abastecia a carceragem da rua Tutoia com refeições congeladas. Segundo Paulo Egydio Martins, que em 1974 assumiria o governo de São Paulo, “àquela época, levando-se em conta o clima, pode-se afirmar que todos os grandes grupos comerciais e industriais do estado contribuíram para o início da Oban”.<sup>87</sup>

Por sua vez, a pesquisadora Beatriz Kushnir constatou a presença ativa do Grupo Folha no apoio à Oban, seja no apoio editorial explícito no noticiário do jornal *Folha da Tarde*, seja no uso de caminhonetes da Folha para o cerco e a captura de opositores do regime.<sup>88</sup> De acordo com o jornalista Hélio Contreiras, pelo menos dois empresários se recusaram a colaborar na produção dessa estrutura repressiva, constituindo exceções: José Mindlin e Antônio Ermírio de Moraes.<sup>89</sup>

A colaboração do grande empresariado com essa dimensão do regime ditatorial não passou despercebida à sociedade brasileira, pois, embora a censura à imprensa tolhesse a possibilidade de os cidadãos tomarem conhecimento dos fatos, o próprio governo gostava de exibir o apoio dos setores mais abastados da sociedade ao seu regime.

Entre os entusiastas dessa colaboração estava o empresário dinamarquês radicado no Brasil Henning Albert Boilesen, presidente do Grupo Ultra, que foi um dos elementos civis mais identificados com a repressão naquele período, embora não tenha sido o único. Boilesen ficou conhecido como o personagem que cuidava da arrecadação de recursos para a Oban, frequentava a sede da entidade, observava os presos políticos ali mantidos, assistia a sessões de tortura. Existem evidências de que tenha participado de algumas sevícias de prisioneiros políticos. Sua participação em atos de

tamanha crueldade, crimes contra a humanidade, envolveram inclusive a importação de um equipamento para produzir choques nos prisioneiros políticos torturados. Acionado por um teclado, com a estrutura de um piano, o equipamento aumentava a frequência das descargas à medida que notas mais agudas eram tocadas. A fama de Boilesen acabaria despertando a ira dos opositores do regime, e uma ação conjunta de duas organizações da esquerda armada – o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e a Ação Libertadora Nacional (ALN) – executou o empresário em São Paulo, no dia 15 de abril de 1971.<sup>90</sup>

De acordo com o empresário José Papa Junior, em depoimento prestado no já mencionado documentário *Cidadão Boilesen*,

[...] é inegável que a participação do Boilesen era mais municipal, enquanto um Amador Aguiar [então dono do Bradesco], sem que ninguém percebesse – sem que haja demérito nisso (*sic*) –, tinha uma participação nacional e reservada.

A Oban articulava-se com um vasto sistema de informações, criado desde o início da ditadura, com a formação do SNI, em julho de 1964, bem como aos serviços de informação das três forças armadas: o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Marinha (Cenimar) e o CISA. A Oban foi um projeto piloto que resultou na criação dos Destacamentos de Operações de Informações – Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) em todas as regiões do Brasil.

No início dos anos 1980, o cineasta Roberto Farias produziu o filme *Pra frente Brasil!* (1982), inspirado na história da colaboração empresarial com as graves violações de direitos humanos perpetradas pelo regime ditatorial, em meio à euforia popular com a conquista do tricampeonato de futebol, em 1970. O filme, exibido em 26 de março de 1983, foi proibido no dia seguinte pela censura. Partindo de um viés crítico, *Pra frente Brasil!* produziu um impacto importante na construção da memória de parte dos brasileiros sobre aquele período.

Novas revelações do envolvimento do empresariado com o aparelho de repressão e consequentes graves violações de direitos humanos continuariam a aparecer ao longo das últimas décadas. Em depoimentos prestados por militares e cientistas sociais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), no início dos anos 1990, os generais da reserva Cyro Guedes Etchegoyen e Gustavo Moraes Rego Reis admitiram a colaboração do empresariado na criação da Oban.<sup>91</sup>

Em reportagem à revista *IstoÉ*, de 20 de fevereiro de 2001, o jornalista Helio Contreiras revelou a existência de dossiê produzido pelo Exército brasileiro sobre a Oban, que abaixo reproduzimos:

“Temos de fazer essa gente falar nem que seja na base da porrada.” A frase, uma ordem para o uso de torturas como instrumento para a obtenção de confissões, está registrada em um documento que carrega o timbre do Exército brasileiro. Trata-se de considerações redigidas à mão por um oficial, recomendando aos seus “companheiros” mais rapidez nas ações contra os opositores da ditadura. O manuscrito está guardado em um dossiê que os militares ainda hoje insistem em manter sob segredo. É o arquivo da Operação Bandeirantes (Oban), a mais truculenta ação empreendida na ditadura, realizada entre 1968 e 1970 sob a coordenação do II Exército, em São Paulo. Alguns desses documentos foram mostrados a ISTOÉ por um coronel da Aeronáutica, no centro de Niterói (RJ). Um relatório, em papel timbrado da própria Aeronáutica, informa que a Oban submeteu 1.200 pessoas a longos interrogatórios especiais, com

choques elétricos, espancamentos e afogamentos. Algumas vítimas desse tratamento não resistiram e morreram. É o caso de Joaquim de Alencar Seixas. Seu filho, o jornalista Ivan Seixas, também preso pelos militares, pôde acompanhar a sessão de tortura que terminou com a vida de seu pai. “A Oban foi a mais violenta operação após a decretação do AI-5, em 1968”, admite Octávio Costa, general da reserva. É a primeira vez que um militar faz comentários e revelações a respeito da operação.

Caixinha do terror – Além da tortura, a Oban também se caracterizou pelo alto custo de suas ações. Os militares chegavam a manter carros do Exército circulando pela cidade por dias e dias seguidos apenas com o objetivo de se tornar alvos dos militantes de esquerda. Uma armadilha que resultou na prisão e até na morte de opositores, como a militante comunista Ana Maria Cianowitz. “O apoio financeiro dos empresários de São Paulo à Oban foi decisivo para a estrutura adotada na repressão paulista”, lembra o general Costa. A arrecadação do dinheiro era coordenada pelo empresário Hening Boilensen, ligado ao grupo Ultra, e executado pelo Movimento Revolucionário Tiradentes e pela Ação Libertadora Nacional, em 1971.

Boilensen, o tesoureiro da Oban, era conhecido entre os militares como um homem extremamente cruel e intolerante. Em 1969, em uma reunião no II Exército, ele afirmou, referindo-se aos militantes de esquerda: “Temos de eliminar todos estes porcos”. Para juntar recursos, Boilensen promovia palestras entre empresários. “Vocês são beneficiados pela revolução e devem colaborar”, disse em um desses encontros na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). “Theobaldo Di Nigris, o presidente da Fiesp na época, era um homem de direita e abria a entidade para os encontros de Boilensen”, recorda o coronel Tarcísio Nunes Ferreira, um dos críticos da Oban.

O general Octávio Costa lembra que assistiu a uma dessas reuniões de Boilensen com empresários, durante um jantar em São Paulo. “Fui fazer uma palestra sobre comunicação social, e depois, como convidado, compareci àquele jantar. Estava lá o publicitário Said Farhat, que, mais tarde, veio a ser o porta-voz do presidente Figueiredo”, recorda-se. Em suas reuniões, o empresário-tesoureiro da Oban também costumava tecer críticas ferozes aos colegas que se recusavam a contribuir financeiramente para a manutenção do terror. “Se você é liberal, está próximo dos comunistas”, radicalizava. Os documentos mostrados a ISTOÉ revelam que entre aqueles que se negavam a contribuir estava José Mindlin, do grupo Metal Leve. Rotulado por Boilensen como “um homem de esquerda”, Mindlin não se dobrou à pressão de radicais para demitir o jornalista Wladimir Herzog da TV Cultura, quando era secretário de Cultura de São Paulo.<sup>92</sup>

Como é do conhecimento da sociedade brasileira, até hoje as Forças Armadas brasileiras negam a existência de qualquer informação e/ou documentação que esclareça a atuação da Oban, inclusive o destino do dossiê que Contreras consultou nas mãos do coronel da Aeronáutica.

#### **D) ESTRUTURANDO A REPRESSÃO: DOI-CODI**

Em setembro de 1970, um decreto do general Médici integrou a estrutura da Oban ao organograma oficial, assumindo então a denominação de Destacamento de Operações de Informação/



Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, sendo, a partir de então, comandado pelo major Carlos Alberto Brillhante Ustra. No mesmo ato, além de São Paulo, os DOI-CODI implantaram-se como instituições oficiais no Rio de Janeiro, Recife, Brasília, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre, Fortaleza e Belém. Embora houvesse deixado de lado a estrutura extralegal e passasse a contar com dotação orçamentária própria, são notáveis os indícios de que o grande setor privado continuaria a prover o aparelho de repressão com fartos recursos.

Como mencionado no depoimento de José Papa Júnior, enquanto a atuação de alguns empresários era feita no plano local, outros empreenderam uma discreta ação nacional. De acordo com a própria Diretriz para a Política de Segurança Interna, de julho de 1969, estruturas semelhantes à Oban seriam criadas em outros estados.<sup>93</sup> Empresários do Rio também visitavam o DOPS paulista, como revelou em entrevista o ex-delegado do DOPS José Paulo Bonchristiano, referindo-se a Roberto Marinho.<sup>94</sup> Será que se inspiraram nas práticas dos paulistas para operações semelhantes no Rio de Janeiro e em outros estados da federação?

Revelações de outro ex-delegado do DOPS do Espírito Santo, Cláudio Guerra, em depoimento a Rogério Medeiros e Marcelo Netto, publicada em forma de livro,<sup>95</sup> reproduzidas e ampliadas no âmbito da Comissão Nacional da Verdade (CNV), expõem o financiamento em nível nacional do aparelho de repressão, tortura e assassinato do regime ditatorial. Segundo ele, o Banco Mercantil de São Paulo e o Sudameris destacaram-se como os maiores provedores de recursos para os agentes da repressão, pois viabilizaram o pagamento de uma espécie de bolsa mensal a eles, em contas em nome de laranjas (ou mesmo em nomes falsos), além do pagamento de “prêmios” (em dinheiro), em decorrência da captura e do assassinato de opositores do regime ditatorial.<sup>96</sup> Como foi possível aferir, tais recursos não eram provenientes apenas dos cofres desses bancos, tendo estes centralizado recursos captados entre vários civis, que pretendiam contar com as benesses oriundas das boas relações com o poder. Sebastião Camargo, por exemplo, da empreiteira Camargo Corrêa, um dos maiores mantenedores da “caixinha da Oban”, conseguiu contratos para a construção grandes obras públicas, como a Ponte Rio-Niterói.

Camilo Cola, dono da Viação Itapemirim e deputado capixaba pela Arena, foi também um grande contribuinte, cumprindo a tarefa de arrecadar recursos em outras empresas, como a Gasbrás e a White Martins. Favores estatais para a viabilização de negócios foram concedidos aos mais ativos financiadores da estrutura da repressão. Além do mencionado Henning Albert Boilesen, existem evidências de que outros civis compareciam às dependências de edifícios públicos, onde se perpetraram graves violações aos direitos humanos, comprazendo-se com o sofrimento de seus opositores.<sup>97</sup>

A estrutura da repressão política no estado do Rio de Janeiro contava com o apoio de setores privados, que a proveram, entre outros benefícios, de espaços a serem usados para a tortura, assassinato e ocultação de cadáveres, como a Usina Cambahyba, em Campos dos Goytacazes, e a Casa da Morte, em Petrópolis. No caso da Usina de Campos, seu proprietário, Heli Ribeiro, era membro da TFP, organização que contribuiu com a deposição do governo João Goulart, em 1964, e que apoiou de forma ativa o regime ditatorial militar. Também membro da TFP, o filho de Heli Ribeiro, João Lysandro, conhecido pelo epíteto “João Bala”, teria sido ativo colaborador de outros agentes da repressão, em uma das ações mais brutais denunciadas sobre aquele período: a incineração de corpos mutilados de opositores políticos, nos fornos da Usina. O próprio Guerra revelou ter incinerado 12 corpos de militantes políticos naquele local, entre os quais o do líder comunista pernambucano David Capistrano, cujo corpo, já mutilado, Guerra recebeu na Casa da Morte, em Petrópolis.<sup>98</sup>

Além da ocultação dos restos mortais de prisioneiros políticos, enterrados em cemitérios clandestinos (muitos dos quais ainda desconhecidos dos brasileiros), uma parte do setor privado envolveu-se em ações que eliminaram qualquer possibilidade de as famílias dos perseguidos políticos

enterrarem seus mortos. Também no período de transição para o atual regime democrático, quando participantes da chamada “comunidade de informações” perpetraram ataques terroristas para sabotar o processo de abertura, segundo o mesmo Guerra, eles tiveram o apoio financeiro de grupos empresariais, como o do já mencionado Banco Mercantil de São Paulo e o Sudameris. Em suma, mesmo quando parte significativa do empresariado estava apoiando o processo de abertura, grandes homens de negócio apoiaram ações que marcariam tragicamente a vida pública do país, como o atentado à sede da OAB no Rio de Janeiro, uma carta-bomba que resultou na morte da secretária da entidade, dona Lida Monteiro da Silva, e o (por sorte) fracassado atentado no Rio-Centro, em 1981.

- 1 – STARLING, Heloísa. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- 2 – FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A escalada: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, p. 244.
- 3 – Foi revelado a partir do trabalho da pesquisadora Phyllis R. Parker, divulgado no Brasil pelo jornalista Marcos Sá Corrêa. Cf. PARKER, Phyllis R. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. CORRÊA, Marcos Sá. *1964, visto e comentado da Casa Branca*. Porto Alegre: LP&M, 1977.
- 4 – FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo – o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- 5 – Telegrama enviado do Departamento de Estado à Embaixada Americana no Rio de Janeiro, em 31 de março de 1964. *apud* TAVARES, Flávio. *1964: o golpe*. Porto Alegre: L&PM, 2014, pp. 300-303.
- 6 – DREIFUSS, René Armand. *1964 – A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- 7 – A importância do IPES como centro formulador das reformas efetivadas pelo governo Castelo Branco é admitida por Roberto Campos em suas memórias. Cf. CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa*. Memórias. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994. v. 1, pp. 635-738.
- 8 – *Estatuto do IPES*, 1963. Fundo “Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais”, Arquivo Nacional.
- 9 – ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe (1962-1964)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- 10 – Diferentemente de instituições congêneres sob as quais se inspirou em sua fundação, como o National War College, dos Estados Unidos, que só formava militares, a ESG foi também um espaço de formação para elites civis, e não por acaso houve uma congruência de valores e de pessoas entre os membros da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) e o IPES.
- 11 – DREIFUSS, René Armand. *1964 – A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 369.
- 12 – Rubens Fonseca posteriormente tornar-se-ia um grande romancista brasileiro.
- 13 – RAMIRO, Hernán Ramírez. *Os Institutos de Estudos Econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1966*. Tese de doutorado em história apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, p. 191.
- 14 – STARLING, Heloísa, *Os senhores das Geraís*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 136.
- 15 – SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família. As mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985. PRESOT, Aline. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade*. Dissertação de mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.
- 16 – TRINDADE, Hélgio. *O radicalismo militar em 64 e a nova tentação fascista*. In: SOARES, Gláucio Ary D.; D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994, pp.123-141. CALIL, Gilberto Grassi. *Integralismo e hegemonia burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965)*. Cascavel (PR): Edunioeste, 2010, pp. 307-345.
- 17 – Para mais informações ver STARLING, Heloísa. *Os senhores das Geraís*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- 18 – “O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes em Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação em sua quase totalidade, se destina a assegurar, ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil.” ATO INSTITUCIONAL [Nº 1], 9/4/1964.

19 – Resultados comparados da pesquisa de opinião realizada nas cidades de Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, 9 a 26 de março de 1964. Fundo Ibope, MR/0277, Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas (SP).

20 – AGEE, Philip. *Inside the Company: CIA Diary*. Londres: Penguin Books, 1975, p. 603.

21 – De acordo com Moniz Bandeira: “Em 1962, com a criação da Ação Democrática Popular (ADEP), o Ibad interveio abertamente na campanha eleitoral, subvencionando candidaturas de elementos direitistas, que assumiam o compromisso ideológico de defender o capital estrangeiro e condenar a reforma agrária bem como a política externa independente do governo brasileiro, que teria gasto cerca de CR\$ 5 milhões, pelo menos, ou, segundo o ex-agente norte-americano Philip Agee, uma quantia equivalente a US\$ 12 milhões, talvez atingindo US\$ 20 milhões [...]”. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 8. ed. São Paulo: Unesp, 2010, p. 177.

22 – DREIFUSS, René Armand. *1964 – A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 330.

23 – *Ibid.*, p. 331.

24 – *Ibid.*, pp. 336-337.

25 – “Roteiro da Revolução.” *O Estado de S. Paulo*, 12/4/1964, republicado em FILHO, Júlio de Mesquita. *Política e cultura*. São Paulo: Martins, 1969, pp. 120-127.

26 – O que se constituiu em uma das peculiaridades daquele regime militar brasileiro face a outros similares, que emergiram no Cone Sul naquela quadra histórica. Sobre o funcionamento do Judiciário, cf. PEREIRA, Anthony. *Ditadura e repressão. O autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010. Sobre a manutenção do Legislativo, que só ficaria fechado entre a decretação do AI-5 (13 de dezembro de 1968) e a posse do general Médici (30 de outubro de 1969), e bem como nos quatro meses que se seguiram ao Pacote de Abril (15 de abril de 1977), cf. VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. *Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do Legislativo*. *Vária História*, Belo Horizonte, v. 29, pp. 333-358, jan.-abr. 2013.

27 – “Ressurge a Democracia” (editorial). *O Globo*, 2/4/1964, capa. No dia 31 de agosto de 2013, o mesmo periódico publicou editorial que se apresentou como uma autocrítica de sua postura editorial entre os anos 1960 até o fim do regime ditatorial. <<http://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>.

28 – “Se o sr. João Goulart não tem capacidade de exercer a Presidência da República e resolver os problemas da nação dentro da legalidade constitucional, não lhe resta outra saída senão a de entregar o governo ao seu legítimo sucessor. O Brasil já sofreu demasiado com o governo atual, agora basta!” *Correio da Manhã*, 31/3/1964. “A nação não mais suporta a permanência do sr. João Goulart à frente do governo.” *Ibid.*, 1º/4/1964.

29 – “Para quê?” *Folha de S. Paulo*, 14/3/1964.

30 – DREIFUSS, René Armand, *1964 - A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 244.

31 – IPES. *Reformas de base: a posição do IPES*. Rio de Janeiro, 1963. Fundo “Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais”, Arquivo Nacional.

32 – São elas: Reforma Eleitoral, Reforma do Legislativo, Reforma da Estrutura Política, Reforma Administrativa, Reforma dos Serviços de Utilidade Pública, Reforma do Judiciário, Reforma da Política Externa, Reforma da Política de Comércio Exterior, Reforma do Capital Estrangeiro, Reforma Monetária e Bancária, Reforma Tributária, Reforma Orçamentária, Reforma Antitruste, Reforma do Mercado de Capitais, Reforma da Empresa Privada, Reforma da Participação nos Lucros, Reforma da Legislação Trabalhista, Reforma da Seguridade Social, Reforma dos Recursos Naturais, Reforma Agrária, Reforma Educacional, Reforma Habitacional e Reforma Sanitária.

33 – Cf. SILVA, Eduardo Gomes. *A rede da democracia e o golpe de 1964*. Dissertação de mestrado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008; CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A rede da democracia. O Globo, O Jornal e o Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-64)*. Niterói: UFF, 2010.

34 – A TV era um bem restrito às classes mais abastadas da população.

35 – “Veículos, pneumáticos, baterias, remédios, caminhões e uma infinidade de materiais e equipamentos, cujo montante ultrapassou a NCr\$ 1.000.000 (hum milhão de cruzeiros novos)”, segundo informações prestadas, poucos anos depois, por um membro da FIESP em palestra proferida na Escola Superior de Guerra (ESG). Corrigido pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, o valor corresponderia a R\$ 5 milhões. *Folha de S. Paulo*, 1º/6/2014.

36 – FIESP/CIESP. *GPMI da FIESP: definições e diretrizes*. São Paulo, 1970, citado em SILBERFELD, J. C. E. *O Grupo Permanente de Mobilização Industrial da FIESP: 1964-1967*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1984, Anexo nº 14.

37 – DREIFUSS, René Armand. *1964 – A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 207.

38 – *Ibid.*, pp. 194, 198, 364, 426 e 433.

- 39 – *Ibid.*, pp. 95, 182.
- 40 – *Ibid.*, p. 72.
- 41 – Cf. GRASSI, Quirino. *A empresa e a mobilização nacional*. Escola Superior de Guerra, 1972. <<http://media.folha.uol.com.br/poder/2014/05/31/image2014-05-31-113104.pdf>>.
- 42 – Citado em *Folha de S.Paulo*, 1º/6/2014.
- 43 – DREIFUSS, René Armand, 1964 – *A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 453.
- 44 – *Folha de S.Paulo*, 1º/6/2014.
- 45 – Ministro da Indústria e Comércio de 1966-1967 e governador de São Paulo de 1975-1979. Sobre a sua trajetória política, ver DEZOUZART, Elizabeth. “Paulo Egídio”. In: PAULA, Christiane Jales de; LATTMAN-Weltman (Coord). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 3. ed. Revista e atualizada. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 2010. <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>.
- 46 – MARTINS, Paulo Egydio. *Paulo Egydio: depoimento ao CPDOC / FGV*. Organização Verena Alberti, Ignez Cordeiro de Farias, Dora Rocha. São Paulo: Imp. Oficial do Estado de São Paulo, 2007, pp. 172-173.
- 47 – *Ibid.*, pp. 170, 173.
- 48 – “Paulo Egydio: Morte de Herzog e Manuel Fiel Filho aconteceram para desestabilizar Geisel”. *O Globo*, 26/11/2013. <<http://oglobo.globo.com/brasil/paulo-egydio-mortes-de-herzog-manuel-fiel-filho-aconteceram-para-desestabilizar-geisel-10887565>>.
- 49 – SILBERFELD, *O Grupo Permanente de Mobilização Industrial da Fiesp*. São Paulo: PUC-SP, 1984, p. 1.
- 50 – FIESP/CIESP. *GPMI da FIESP: definições e diretrizes*. São Paulo, 1970, apud SILBERFELD, *O Grupo Permanente de Mobilização Industrial da Fiesp*. São Paulo: PUC-SP, 1984, p. 1.
- 51 – *Ibid.*, p. 88.
- 52 – MENDONÇA, Ricardo. “Papéis de militares expõem atuação da Fiesp no golpe de 1962”. *Folha de S.Paulo*, 1/6/2014.
- 53 – DREIFUSS, René Armand, 1964 – *A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 485.
- 54 – Enquanto o general Golbery, com base em um levantamento previamente preparado no âmbito de suas atividades no IPES, criou o SNI, espinha dorsal do sistema repressivo implantado a partir de então. O peso do IPES no governo ditatorial permitiu a Dreifuss concluir que este havia “conquistado o Estado”.
- 55 – ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005, p. 117.
- 56 – GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 103.
- 57 – CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais. As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: UFF, 2014.
- 58 – MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz. *BNH: outras perspectivas*. Tese de doutorado em Administração, UFRN, 2008.
- 59 – Alinhamento cujos emblemas foram a participação brasileira na invasão da República Dominicana em 1965, e a declaração do então embaixador Juracy Magalhães: “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil!”
- 60 – ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. Bauru: Edusc, 2005, p. 132.
- 61 – SINGER, Paul. *A crise do “milagre”. Interpretação crítica da economia brasileira*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.68.
- 62 – Idem.
- 63 – Lista dos Contribuintes do IPES, 1963 e 1964, Ata do IPES Comitê Diretor/Comitê Executivo de 27 de novembro de 1962.
- 64 – FISHLOW, Albert. “Brazilian Size Distribution of Income”. *American Economic Review*, v. 62, nº 2, maio de 1972. Cf. LEITE LOPES, José Sérgio. “Sobre o debate da distribuição de renda: leitura crítica de um artigo de Fishlow”. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 1, 1973. HOFFMANN, Rodolfo. “Distribuição de renda e crescimento econômico”. *Estudos Avançados*, São Paulo, 15 (41), pp. 67-76, 2001.
- 65 – “Distribuição de renda, uma área polêmica.” *Jornal do Brasil*, 23 e 24 de abril de 1972, p. 34.
- 66 – Cf. Seminário e depoimentos colhidos pela CNV em 23 de março de 2013.

- 67 – Gasparian teve uma importante atuação junto à intelectualidade oposicionista, empreendendo um significativo trabalho de publicação de leituras críticas da realidade brasileira através da editora Paz e Terra.
- 68 – Ver BOLAÑO, C.; BRITTOS, V. C. (Org.). *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo: Paulus, 2005. DE LIMA, V. “The State, Television and Political Power in Brazil”. *Critical Studies in Mass Communication*, nº 5, pp. 108–28, 1988. HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Tchê!, 1989.
- 69 – Empresa editora de revistas e que possuía alguns canais de televisão nos Estados Unidos, além de investimentos em outros países latino-americanos como Cuba, Venezuela e Argentina.
- 70 – Citado em ARRUDA, Marcos; AFONSO, Carlos. “Estudio de caso número 1: Brascan”. In: *Las empresas transnacionales y el Brasil*. México: UNAM, 1978, p. 103.
- 71 – MINELLA, Ary César. *Banqueiros: organização e poder político no Brasil*. Rio de Janeiro: Anpocs, 1988.
- 72 – COSTA, Fernando Nogueira da. *Brasil dos bancos*. São Paulo: USP, 2012, p. 241.
- 73 – Cf. CAMPOS, *Estranhas catedrais*. Niterói: UFF, 2014.
- 74 – Fonte: Relatórios anuais do Banco Centra do Brasil e revista *Conjuntura Econômica/FGV*.
- 75 – O pretexto para o AI-5 foi um discurso do deputado Márcio Moreira Alves do MDB, considerado ofensivo pelas Forças Armadas, seguido pela recusa do Congresso Nacional em cassar o mandato do parlamentar. O Congresso ficou fechado entre 13 de dezembro de 1938 e 30 de outubro de 1969, quando da posse do general Emílio Garrastazu Médici na Presidência da República.
- 76 – FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- 77 – Tais grupos justificavam a prática como necessária para angariar recursos para o combate armado à ditadura.
- 78 – Mencionado comumente como sequestro do embaixador americano, a captura do embaixador Charles Burke Elbrick foi uma ação empreendida por duas organizações da resistência armada, a ALN e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), e ocorreu em 4 de setembro de 1969. Pretendia denunciar o apoio e os compromissos do governo dos EUA à ditadura militar brasileira. Os grupos insurgentes exigiram a troca do embaixador por 15 prisioneiros políticos, o que ocorreria no dia 7 de setembro de 1969.
- 79 – Tendo realizado uma fuga espetacular do 4º Regimento de Infantaria de Quitaúna (SP), na qual levou consigo um arsenal de 63 fuzis FAL, Lamarca aderiu à organização Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e em 1970 liderou o grupo que capturou o embaixador suíço Giovanni Bucher, em troca do qual a ditadura teve de libertar 70 presos políticos. Em 1971, trocou a VPR pelo MR8, sendo assassinado em 17 de setembro de 1971, no sertão baiano, pelo major Nilton Cerqueira.
- 80 – SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo*. Porto Alegre: Globo, 2000. JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013.
- 81 – GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 61.
- 82 – A subversão e o terrorismo em São Paulo. 10/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 84, 15602, fl. 5, *apud* JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Tese de doutorado em História. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 34.
- 83 – LANGGUTH, A. J. *A face oculta do terror*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 108.
- 84 – MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Cartéis e desnacionalização: a experiência brasileira, 1964-1974*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, pp. 197-207.
- 85 – “À Comissão da Verdade, Delfim afirma que desconhecia práticas de tortura no País: em depoimento ao colegiado da Câmara dos Vereadores de São Paulo, ex-ministro negou saber sobre o financiamento de órgãos da repressão por empresários.” *O Estado de S. Paulo*, 25/6/2013.
- 86 – FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- 87 – GASPARI, *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 62.
- 88 – KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- 89 – Ver o mencionado documentário de Chaim Litewski.
- 90 – No panfleto deixado no local pelos elementos da resistência armada que o executaram, foi atribuído a Boilesen o epíteto de “agente da CIA”. Contudo, de acordo com uma correspondência entre o Departamento de Estado e o Embai-

xador dos EUA no Rio, ele não seria agente do serviço de inteligência americana. Cf. MONTHLY TRENDS REPORT. 16/4/1971, p. 2. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:374668/>>. Contudo, sabe-se que nem sempre os agentes do serviço diplomático americano estão cientes da estrutura real do serviço de inteligência de seu país.

91 – CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, pp. 117 e 154.

92 – CONTREIRAS, Helio. “Segredos do porão. Documentos secretos da Oban mostram como a tortura foi consentida e financiada durante o regime militar”. *IstoÉ*, 20/2/2001.< [http://www.istoe.com.br/reportagens/39970\\_SEGREDOS+DO+PORAO](http://www.istoe.com.br/reportagens/39970_SEGREDOS+DO+PORAO)>.

93 – GASPARI, *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 60.

94 – Conversas com Mr. DOPS. Entrevista de José Paulo Bonchristiano a Marina Amaral. Pública, 9/2/2012. <<http://apublica.org/2012/02/conversas-mr-dops/>>.

95 – GUERRA, Cláudio. *Memórias de uma guerra suja*. Cláudio Guerra em depoimento à Marcelo Netto e Rogério Medeiros. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

96 – *Ibid.*, pp. 141-144.

97 – Cf. SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo*. Porto Alegre: Globo, 2000.

98 – Cf. depoimentos prestados pelo delegado Guerra à CNV.